

BOLETIM 218 CRCSP

ANO XLIV OUTUBRO DE 2013 ÓRGÃO INFORMATIVO DO CRC SP

**IN 1.397: Receita
Federal recua**

**CPCs: CVM abre
Audiências Públicas**

**Presidente da Fecontesp
é o entrevistado**

2013
Ano da
Contabilidade



SUMÁRIO



<u>Editorial</u>	3
<u>Expediente</u>	4



Legislação Contábil

<u>RFB altera conteúdo de IN sobre duas Contabilidades</u>	6
<u>Adoção plena da NBC TG 1000</u>	8
<u>ICPC 18 entra em vigor</u>	10
<u>Norma sobre Compilação de Informações Contábeis é divulgada</u>	11



Prestação de Contas

<u>Demonstrações Contábeis Relativas ao Exercício Social Encerrado em 31/12/2012</u>	13
--	----



Notícias

<u>Revisões de ICPCs e CPCs estão em audiência pública</u>	25
<u>Ainda é possível evitar a malha fina</u>	27
<u>Receita atualiza Pareceres Normativos</u>	29
<u>Ampliado valor de operações no exterior dispensadas de prestar informações</u>	31



Espaço Cultural

<u>Tradições japonesas no Espaço Cultural CRC SP</u>	33
--	----



Entrevista

<u>Entrevistado do Mês: José de Souza - Presidente da Fecontesp</u>	36
---	----



UNIDOS, CONSEGUIMOS UMA GRANDE VITÓRIA!

Imagine-se assistindo a um jogo e no meio da partida as regras são mudadas. Perplexidade, indignação, sentimento de desrespeito!

Foi como nos sentimos ao tomar conhecimento da Instrução Normativa nº 1.397, de 16 de setembro de 2013, da Receita Federal do Brasil. Sob a alegação de normatizar o RTT (Regime Tributário de Transição), instituído pela Lei nº 11.941, de 2009, o Fisco quis mudar as regras do jogo, penalizando empresas e jogando sobre os ombros dos Profissionais da Contabilidade a obrigatoriedade de fazer dois balanços!

As regras da adoção das IFRS – as Normas Internacionais de Contabilidade, já foram aprovadas pela Lei nº 11.638, nos idos de 2007. A lei passou a ser cumprida nas demonstrações contábeis a partir de 2008. A Receita Federal não poderia, arbitrariamente, impor novas regras a pretexto de separar “duas contabilidades” – societária e fiscal.

Assim que a Instrução Normativa foi publicada, no dia 17 de setembro, tratamos de nos mobilizar. O CFC, o CRC SP e muitas outras entidades se manifestaram contrários à medida.

Entidades contábeis, setores financeiros e entidades empresariais começaram a se manifestar contra a imposição de rever as demonstrações contábeis a partir de 2007. No início de outubro, a Receita desistiu de exigir a retroatividade. Três dias depois, recuou e não vai mais exigir os dois balanços.

Que grande lição tiramos deste episódio: não vamos nos calar diante de arbitrariedades. Vamos nos manifestar!

Não vamos sozinhos para a batalha. Vamos nos unir!

E vencer!

LUIZ FERNANDO NÓBREGA
Presidente



CRC SP

GESTÃO 2012-2013

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DE SÃO PAULO

CONSELHO DIRETOR

Presidente: Luiz Fernando Nóbrega
Vice-presidente de Administração e Finanças:
Claudio Avelino Mac-Knight Filippi
Vice-presidente de Fiscalização, Ética e Disciplina:
Gildo Freire de Araújo
Vice-presidente de Desenvolvimento Profissional:
Marcia Ruiz Alcazar
Vice-presidente de Registro: Ari Milton Campanhã

CÂMARA DE RECURSOS

Coordenador: Mauro Manoel Nóbrega
Vice-coordenador: Carlos Roberto Matavelli
Membros: Joaquim Carlos Monteiro de Carvalho,
Marilene de Paula Martins Leite e Rubens Monton
Coimbra

CÂMARA DE CONTROLE INTERNO

Coordenador: Julio Linuesa Perez
Vice-coordenadora: Camila Severo Facundo
Membro: Celso Carlos Fernandes
Suplentes: Ana Maria Costa, Nelmir Pereira Rosas e
Oswaldo Pereira

I CÂMARA DE FISCALIZAÇÃO

Coordenador: José Aparecido Maion
Vice-coordenador: Niveson da Costa Garcia
Membros: Nelmir Pereira Rosas, Valdimir Batista e
Wanderley Antonio Laporta

II CÂMARA DE FISCALIZAÇÃO

Coordenador: Sebastião Luiz Gonçalves dos Santos
Vice-coordenador: Umberto José Tedeschi
Membros: Adriano Gilioli, José Carlos Duarte
Leardine, Sérgio Vollet

III CÂMARA DE FISCALIZAÇÃO

Coordenador: Marcelo Roberto Monello
Vice-coordenadora: Daisy Christine Hette Eastwood
Membros: Oswaldo Pereira, Teresinha da Silva e
Wanderley Aparecido Justi

CÂMARA DE DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL

Coordenador: Walter Lório
Vice-coordenadora: Vera Lúcia Vada
Membros: Angela Zechinelli Alonso, José Carlos
Melchior Arnosti e José Donizete Valentina

CÂMARA DE REGISTRO

Coordenador: Neusa Prone Teixeira da Silva
Vice-coordenador: Bruno Roberto Kalkevicius
Membro: Ana Maria Costa

CONSELHEIROS EFETIVOS

Luiz Fernando Nóbrega, Claudio Avelino Mac-Knight
Filippi, Gildo Freire de Araújo, Marcia Ruiz Alcazar,
Ari Milton Campanhã, Adriano Gilioli, Ana Maria
Costa, Angela Zechinelli Alonso, Bruno Roberto
Kalkevicius, Camila Severo Facundo, Carlos Roberto
Matavelli, Celso Carlos Fernandes, Daisy Christine
Hette Eastwood, Domingos Orestes Chiomento
(licenciado), Joaquim Carlos Monteiro de Carvalho,
José Aparecido Maion, José Carlos Duarte Leardine,
José Carlos Melchior Arnosti, José Donizete
Valentina, Julio Linuesa Perez, Marcelo Roberto
Monello, Marilene de Paula Martins Leite, Mauro
Manoel Nóbrega, Nelmir Pereira Rosas, Neusa Prone
Teixeira da Silva, Niveson da Costa Garcia, Oswaldo
Pereira, Rubens Monton Coimbra, Sebastião Luiz
Gonçalves dos Santos, Sérgio Vollet, Teresinha da



Silva, Umberto José Tedeschi, Valdimir Batista, Vera Lucia Vada, Walter Iório, Wanderley Antonio Laporta e Wanderley Aparecido Justi.

CONSELHEIROS SUPLENTEs

Alexandre Juniti Kita, Ana Maria Galloro Laporta, Antonio Carlos Gonçalves, Antonio Eugenio Cecchinato, Cibele Pereira Costa, Edison Ferreira Rodrigues, Elizabeth Castro Maurenza de Oliveira, Emir Castilho, Flávia Augusto, Gilberto Benedito Godoy, Gilberto Freitas, Inez Justina dos Santos, Jairo Balderrama Pinto, José Maria Ribeiro, Manassés Efraim Afonso, Manoel do Nascimento Veríssimo, Marco Antonio de Carvalho Fabbri, Marcos Castilho Alexandre, Mariano Amádio, Marina Marcondes da Silva Porto, Moacir da Silva Netto, Nobuya Yomura, Paulo Roberto Martinello Junior, Rita de Cássia Bolognesi, Roberson de Medeiros, Ronaldo Raymundo Saunier Martins, Rosmary dos Santos, Sandra Regina Nogueira Pizzo Sabathé, Telma Tibério Gouveia, Vitória Lopes da Silva, Wanderley Aparecido Justi Júnior, William Peterson de Andrade e Yae Okada.

Boletim CRC SP

Diretor: Luiz Fernando Nóbrega
Jornalista responsável: Graça Ferrari - MTb 11347
Jornalistas: Michele Mamede - MTb 44087;
Thiago Benevides de Jesus Alves - MTb 88188
Registrado sob o no 283.216/94 no livro "A" do 4o Cartório de Registro de Títulos e Documentos de São Paulo
Projeto gráfico: BR2 (www.br2design.com)
Periodicidade: Mensal

A direção da entidade não se responsabiliza pelas opiniões emitidas nas matérias e artigos assinados. TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – É proibida a reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou qualquer meio, sem prévia autorização.

Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo

Rua Rosa e Silva, 60 – Higienópolis – 01230-909
São Paulo – SP
Tel.: 11 3824.5400
(Teleatendimento)
Fax: 11 3824 5400 (Ramais 1128 e 1129)
E-mail: crcsp@crcsp.org.br
Portal: www.crcsp.org.br



RFB altera conteúdo de IN sobre DUAS CONTABILIDADES

A RFB (Receita Federal do Brasil), após mobilização do Sistema CFC/CRCs, de outras entidades e de empresas, decidiu alterar o conteúdo da Instrução Normativa nº 1.397, publicada no Diário Oficial da União no dia 17 de setembro de 2013.

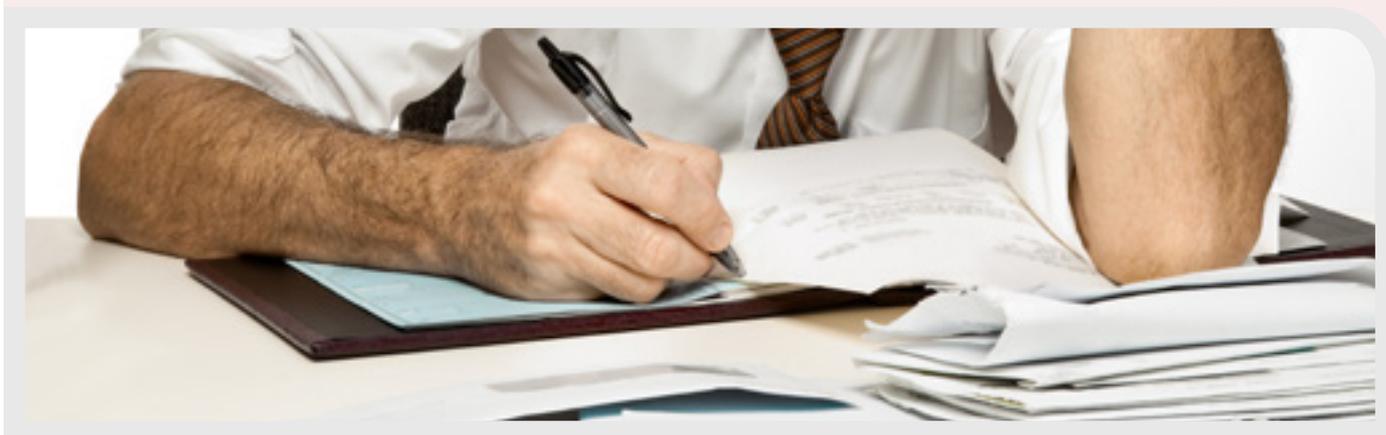
Será editada também uma MP (Medida Provisória) sobre o assunto. Em seguida, a RFB irá modificar a IN nº 1.397 deixando claro que as empresas não precisarão elaborar duas Contabilidades. No entanto, será necessário apontar as diferenças entre o lucro societário apurado pelo padrão IFRS (International Financial Reporting Standards – Normas Internacionais de Contabilidade) e o lucro fiscal. Isto já é feito hoje, porém serão exigidas informações mais detalhadas.

A IN nº 1.397 determinava que as empresas deveriam elaborar a Contabilidade para fins

fiscais de acordo com os métodos e critérios vigentes em 31 de dezembro de 2007. O novo texto listará os pronunciamentos contábeis que devem ou não ser considerados para esses fins.

A MP versará também sobre o fim do RTT (Regime Tributário de Transição), que foi criado para auxiliar o processo de harmonização das normas contábeis brasileiras ao padrão internacional, garantindo a neutralidade tributária.

Os entendimentos que constam na IN sobre equivalência patrimonial, base de cálculo para dedutibilidade fiscal do pagamento de juros sobre capital próprio e distribuição isenta de dividendos só produzirão efeitos a partir de 2014. Não haverá cobrança retroativa referente ao período de 2008 a 2013 e a dispensa será considerada como um tipo de benefício fiscal retroativo concedido pelo governo. 





Qualicorp

administradora de benefícios

Os melhores planos de
saúde para **Contabilistas**
pelos **menores preços.**



Bradesco
Saúde



Golden Cross



SulAmérica

associada ao **ING**

Unimed

Paulistana



Acesse

<http://www.economizecomaqualicorp.com.br/>

Ligue

0800 777 4004

Adoção **PLENA** da **NBC TG 1000**

As entidades que ainda não conseguiram atender plenamente a todos os requisitos da [NBC TG 1000](#) terão um pouco mais tempo para se adequar à mudança. O CFC (Conselho Federal de Contabilidade) publicou um Comunicado permitindo que, nesses casos, a adoção plena poderá ocorrer para os exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013.

Considera-se que não adotaram plenamente a NBC TG 1000, as entidades que não apresentaram as demonstrações contábeis em conformidade com essa norma em períodos anteriores ou que apresentaram tais demonstrações mais recentes já em conformidade, porém de forma parcial.

Caso a entidade já tenha apresentado as

demonstrações de acordo com a NBC TG 1000 de forma parcial, será necessário seguir os procedimentos da adoção inicial, previstos na Seção 35 da norma, incluindo as isenções.

A entidade que estiver adotando pela primeira vez a NBC TG 1000 poderá observar todas as isenções previstas no item 35.10 da Seção 35, inclusive relacionada ao custo atribuído (*deemed cost*) para o ativo imobilizado e propriedade para investimento.

Sendo feita a reapresentação do exercício anterior mais recente, para fins de comparabilidade, se os ajustes exigidos para a elaboração do balanço de abertura na data de transição (1º de janeiro de 2012) forem impraticáveis, a entidade deverá fazer a divulgação de tais fatos em notas explicativas, conforme previsto no item 35.11, da NBC TG 1000.

O Comunicado foi publicado no *Diário Oficial da União*, em 5 de setembro de 2013, e entrou em vigor na mesma data.





CONTMATIC
PRONAVTECH
Emissor • Validador • Auditor • Armazenador

Combinações que fazem a diferença! As melhores e mais completas soluções para os Contabilistas!

Conheça os Produtos dos COMBOS Contmatic:



- **PRONAVTECH - Emissor e Gerenciamento de NF-e**
Módulo de emissão e gerenciamento de Notas Fiscais Eletrônicas - NF-e que permite assinar notas utilizando certificados tipo A1 e A3, validar as informações evitando possíveis rejeições, transmitir automaticamente para a Sefaz, autorizar, processar e emitir o DANFE;



- **PRONAVTECH - Validador de Arquivos**
Módulo de validação de arquivos XML que identifica e evita possíveis inconsistências e rejeições em arquivos gerados através de qualquer sistema de notas eletrônicas e conhecimentos de transportes;
GRATUITO para todos os AMIGOS CONTABILISTAS



- **CRM Web Cloud - Calendário Fiscal**
Rotina que centraliza a gestão de obrigações fiscais e tributos através de painel de controle com formato de calendário, para visualizações destas sob a responsabilidade do escritório contábil e do cliente;



- **PRONAVTECH - Auditech**
Módulo de Auditoria digital que efetua validações e auditoria de arquivos.
GRATUITO para todos os AMIGOS CONTABILISTAS



- **PRONAVTECH - Emissor e Gerenciamento de CT-e**
Módulo de emissão e gerenciamento de Conhecimento de Transporte Eletrônico - CT-e que permite assinar utilizando certificados tipo A1 e A3, validar as informações evitando possíveis rejeições, transmitir automaticamente para a Sefaz, autorizar, processar e emitir o DACTE;



- **PRONAVTECH - Armazenador**
Módulo que permite consultar e armazenar arquivos XML de NF-e e CT-e gerados através de qualquer sistema por TEMPO ILIMITADO, enviar as informações via e-mail e emitir o DANFE e o DACTE;



- **CRM Web Cloud - Gestão de Processos**
Rotina criada para promover a organização de processos do escritório contábil com foco na otimização dos resultados das empresas contábeis e financeiras através da melhoria de seus processos de negócio acompanhando o fluxo de solicitações de clientes.

COMBO

Amigos Contabilistas

GRATUITO

**COMBO
FREE**

Gratuito para
Clientes Contmatic

**COMBO
PLUS**

Exclusivo para
Clientes Contmatic

**COMBO
CT-e**

A partir de
R\$ 83,88*
ao ano

**COMBO
NF-e**

A partir de
R\$ 83,88*
ao ano

@contmaticweb

facebook.com/Contmatic.Phoenix.Oficial

VENDAS: 0800 779 4449

Para aderir acesse: www.contmatic.com.br

CONTMATIC
PHENIX
Soluções Inteligentes de Alta Tecnologia

Desde
1987

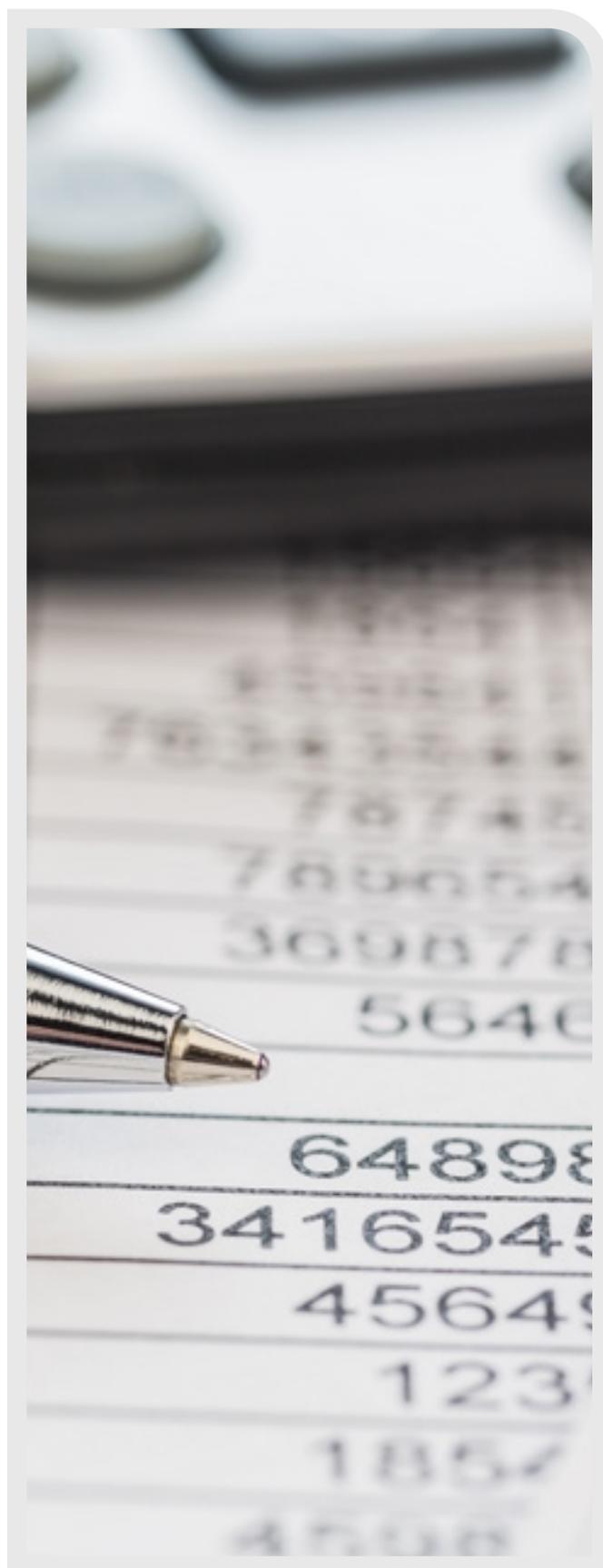
ICPC 18 entra em VIGOR

O CFC (Conselho Federal de Contabilidade) e a CVM (Comissão de Valores Mobiliários) editaram, respectivamente, a Norma Brasileira de Contabilidade [ITG nº 18](#) e a [Deliberação nº 714/2013](#). Os documentos aprovam a Interpretação Técnica [ICPC 18](#) – Custos de Remoção de Estéril (*stripping*) de Mina de Superfície na Fase de Produção.

Essa Interpretação Técnica está relacionada à [IFRIC 20](#) – *Stripping Costs in the Production Phase of a Surface Mine*, que foi emitida pelo IASB (*International Accounting Standards Board* – Comitê Internacional de Contabilidade).

A ICPC traz orientações sobre quando e como contabilizar separadamente os benefícios advindos da atividade de remoção de estéril (*stripping*) e também como esses benefícios devem ser mensurados nos momentos inicial e subsequente.

A Interpretação entrou em vigor na mesma data de sua publicação no *Diário Oficial da União*, em 19 de setembro de 2013. Ela aplica-se aos exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013. 



NORMA sobre **COMPILAÇÃO** de Informações **CONTÁBEIS** é **DIVULGADA**

A [NBC TSC 4410](#) – Trabalho de Compilação de Informações Contábeis foi publicada pelo CFC (Conselho Federal de Contabilidade) no *Diário Oficial da União*, em 5 de setembro de 2013, entrando em vigor na mesma data.

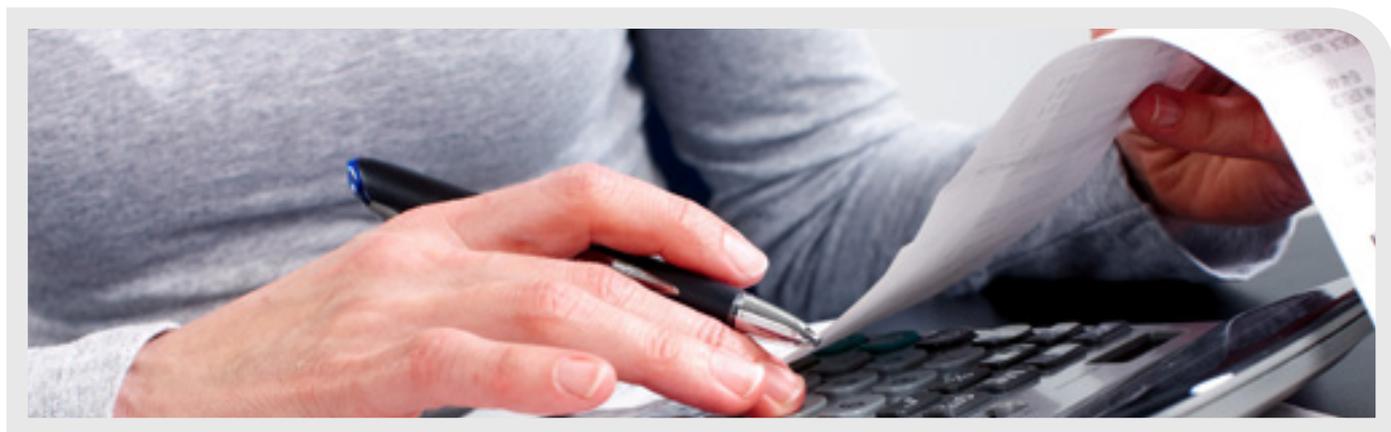
A Norma aplica-se a trabalhos de compilação para informações financeiras históricas. No entanto, ela pode ser utilizada, com adaptações, se necessário, para a compilação de informações financeiras não históricas e também para informações não financeiras.

O texto aborda as responsabilidades do profissional contratado para auxiliar na elaboração e apresentação de informações financeiras históricas que não envolvem qualquer tipo de asseguração. O profissional deve emitir um relatório sobre o trabalho realizado seguindo os padrões determinados por essa norma.

O documento explica que o trabalho poderá ser realizado por Auditor Independente ou por Contador, porém, é imprescindível manter um controle de qualidade compatível com a [NBC PA 01](#) – Controle de Qualidade para Firmas (Pessoas Jurídicas e Físicas) de Auditores Independentes.

A responsabilidade pelas informações financeiras e as bases nas quais elas são elaboradas e apresentadas é da administração. Essa responsabilidade engloba a seleção e a aplicação de políticas contábeis apropriadas e, quando necessário, a determinação de estimativas contábeis razoáveis.

A Norma define como objetivos do profissional que realiza o trabalho de compilação a aplicação de conhecimento especializado em Contabilidade e em emissão de relatórios e a emissão desse relatório de acordo com a própria norma. 



Alterdata Software apresenta:

LENDAS CONTÁBEIS

DISSÍDIO!

Calcular o Dissídio dá muito trabalho!!! São tantos cálculos, planilhas, um monte de variáveis, enfim...

Perco muito tempo em cada empresa!!!... Socorro!!!



ENQUANTO ISSO,

os clientes Alterdata...

Dissídio complicado?
Rá! Rá! Rá!
Isso pra mim é lenda!!



Sabe por quê?

com o Alterdata Pack, software contábil, o cálculo do dissídio é feito **AU-TO-MA-TI-CA-MEN-TE**, em menos de uma hora, e sem planilha nenhuma!!!

O Pack considera o percentual proporcional à admissão e deduz antecipações.

Se houver diferenças relativas a meses anteriores, ele calcula e faz o lançamento na quantidade de parcelas determinadas. O usuário só precisa avaliar os novos salários e os eventuais parcelamentos das diferenças e autorizar a inclusão. Viu como é simples?!

Processos que antes levavam uma semana inteira, agora são feitos em apenas 20 minutos!

A maior empresa 100% brasileira de softwares para contabilidade está em sua região!

0800 704 1418
www.alterdata.com.br

 Alterdata
software



CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 63.002.141/0001-63

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS RELATIVAS AO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31/12/2012

Valores Demonstrados em Reais

BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO	2012	2011	PASSIVO	2012	2011
CIRCULANTE	19.350.771,92	19.635.689,10	CIRCULANTE	10.527.338,79	7.422.540,37
Caixa e Equivalentes de Caixa	14.083.089,03	11.899.263,56	Obrigações Trabalhistas e Encargos	428.279,21	399.605,04
Bancos Conta Movimento	126.552,50	118.196,97	Encargos Sociais a Pagar	428.279,21	399.605,04
Bancos Conta Arrecadação	330.608,21	375.716,50			
Bancos Aplicações Financeiras	2.991.946,29	4.943.906,66			
Disponível para Aplicação Vinculada	10.633.982,03	6.461.443,43			
Créditos de Curto Prazo	4.112.719,42	7.211.923,40	Obrigações de Curto Prazo	2.417.379,16	1.462.443,88
Créditos do Exercício	4.722.227,54	5.748.002,58	Obrigações Fiscais de Curto Prazo	84.866,28	50.724,03
Créditos de Exercícios Anteriores	8.240,17	3.639,55	Depósitos Consignáveis	444.833,52	393.098,45
Parcelamento de Débitos de Curto Prazo	1.271.273,34	1.460.281,27	Fornecedores	1.887.679,36	1.018.621,40
(-) Provisão para Perdas de Créditos de Curto Prazo	(1.889.021,63)	-			
Demais Créditos de Curto Prazo	923.210,07	298.867,58	Demais Obrigações de Curto Prazo	139.679,13	100.166,83
Adiantamentos a Pessoal	676.315,32	189.842,96	Contas a Pagar	4.773,51	11.390,83
Tributos e Contribuições a Recuperar	47.715,29	54.949,63	Transferências Legais	7.381,64	6.626,51
Créditos por Danos ao Patrimônio	175.041,25	8.209,30	Outras Obrigações	127.523,98	82.149,49
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	24.138,21	17.340,00			
Créditos por Alienação	-	14.221,69	Provisões de Curto Prazo	7.513.993,97	5.460.324,62
Outros Créditos e Valores de Curto Prazo	-	14.304,00	Provisões Trabalhistas	2.396.281,71	2.060.101,01
Estoques	231.753,40	225.634,56	Provisão para Riscos Trabalhistas e Cíveis	2.918.322,81	3.400.223,61
Almoxarifado	231.753,40	225.634,56	Provisão de Cota-Parte	2.199.389,45	-
NÃO CIRCULANTE	134.602.251,92	59.965.014,72	Valores de Terceiros e/ou Restituíveis	28.007,32	-
Ativo Realizável a Longo Prazo	7.018.030,49	18.223.468,07	Cauções	28.007,32	-
Créditos Realizáveis a Longo Prazo	6.884.227,81	18.091.237,24	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	143.425.685,05	72.178.163,45
Parcelamento de Débitos	39.061,59	19.160,99	Patrimônio Social	143.425.685,05	72.178.163,45
Créditos de Exercícios Anteriores não Executados	14.700.637,68	7.039.161,82	Ajustes de Exercícios Anteriores	84.672.838,81	295.818,81
Dívida Ativa Executada	60.722.227,50	11.032.914,43	Resultados Acumulados	58.752.846,24	71.882.344,64
(-) Provisão para Perdas de Créditos de Longo Prazo	(68.577.698,96)	-	Resultado do Exercício	(13.425.317,21)	(8.830.102,56)
Depósitos Realizáveis a Longo Prazo	133.802,68	132.230,83	Resultado de Exercícios Anteriores	72.178.163,45	80.712.447,20
Processos Trabalhistas	92.440,04	92.440,04			
Empréstimo Compulsório	41.362,64	39.790,79			
Investimentos Imobilizado e Intangível	127.584.221,43	41.741.546,65			
Bens Móveis	7.848.343,54	7.729.521,07			
(-) Depreciação Acumulada	(809.622,88)	-			
Bens Imóveis	122.362.366,22	34.012.025,58			
(-) Depreciação Acumulada	(1.816.865,45)	-			



TOTAL DO ATIVO	153.953.023,84	79.600.703,82	TOTAL DO PASSIVO	153.953.023,84	79.600.703,82
-----------------------	-----------------------	----------------------	-------------------------	-----------------------	----------------------

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

RECEITAS	PREVISTA	REALIZADA	DESPESAS	PREVISTA	REALIZADA
RECEITAS CORRENTES	53.480.000,00	58.616.362,65	DESPESAS CORRENTES	52.240.000,00	51.708.757,17
CONTRIBUIÇÕES	45.570.000,00	48.980.555,41	Pessoal e Encargos	24.295.000,00	24.109.414,51
Anuidades	45.570.000,00	48.980.555,41	Remuneração de Pessoal	15.614.000,00	15.479.427,60
Exploração de Serviços	1.482.000,00	1.392.613,67	Encargos Patronais	4.531.000,00	4.515.504,53
Financeiras	4.470.000,00	5.875.272,06	Benefícios a Pessoal	4.150.000,00	4.114.482,38
Juros de Mora	1.719.000,00	1.956.878,20	Benefícios Assistenciais	160.000,00	140.114,46
Atualização Monetária	770.000,00	1.158.051,54	Uso de Bens e Serviços	15.600.000,00	15.516.280,87
Multas e Encargos	180.000,00	221.853,11	Material de Consumo	1.403.000,00	1.350.112,27
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplic. Financ.	1.801.000,00	2.538.489,21	Serviços	14.197.000,00	14.166.168,60
Transferências	-	278.796,00	Financeiras	480.000,00	403.129,47
Outras Receitas Correntes	1.958.000,00	2.089.125,51	Serviços Bancários	480.000,00	403.129,47
Multas	1.898.000,00	2.014.963,01	Tributárias e Contributivas	11.625.000,00	11.527.025,49
Indenizações e Restituições	10.000,00	513,81	Tributos	207.000,00	132.668,96
Receitas não Identificadas	50.000,00	73.648,69	Contribuições	11.418.000,00	11.394.356,53
RECEITA DE CAPITAL	20.000,00	25.493,50	Outras Despesas Correntes	80.000,00	12.792,37
Alienação de Bens	20.000,00	25.493,50	DESPESAS DE CAPITAL	5.760.000,00	5.523.019,10
Alienação de Bens Móveis	-	6.810,00	Obras, Instalações e Reformas	2.341.000,00	2.332.366,22
Alienação de Bens Imóveis	20.000,00	18.683,50	Equipamentos e Material Permanente	3.419.000,00	3.190.652,88
SUPERÁVIT FINANCEIRO	4.500.000,00	-	TOTAL DA DESPESA	58.000.000,00	57.231.776,27
TOTAL DA RECEITA	58.000.000,00	58.641.856,15	SUPERÁVIT	-	1.410.079,88

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	2012	2011	VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	2012	2011
Contribuições	54.878.760,80	53.093.567,01	Pessoal e Encargos	24.789.389,73	25.498.789,62
Exploração de Bens e Serviços	1.392.613,67	1.559.282,45	Remuneração a Pessoal	16.159.402,82	17.224.175,89
Financeiras	13.503.539,80	40.750.689,64	Encargos Patronais	4.515.504,53	4.335.574,08
Juros e Encargos Sobre Empréstimos	68,07	-	Benefícios a Pessoal	4.114.482,38	3.939.039,65
Juros e Encargos Sobre Anuidades e Multa	10.964.982,52	38.319.411,32	Benefícios Assistenciais	140.114,46	130.743,63
Remuneração de Dep. Bancários e Aplicação	2.538.489,21	2.431.278,32	Uso de Bens e Serviços	18.182.807,33	13.403.208,24
Transferências	278.796,00	-	Material de Consumo	1.348.023,43	1.073.894,10
Subvenções	278.796,00	-	Serviços	14.166.168,60	12.329.314,14
Valorização e Ganhos com Ativos	12.843,66	9.029,92	Depreciação e Amortização	2.668.615,30	-
Ganhos com Alienação	11.271,81	6.253,66	Financeiras	5.161.901,43	4.058.105,59
Atualização Monetária Veículos	1.571,85	2.776,26	Serviços Bancários	403.129,47	382.665,37
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	2.176.376,49	482.511,00	Descontos Concedidos	4.758.771,96	3.675.440,22
Multas por Ausência às Eleições	1.684.576,74	65,18	Tributárias e Contributivas	13.070.881,43	11.172.505,07
Multas de Infrações	387.113,57	388.108,24	Tributos	132.668,96	225.120,73
Indenizações e Restituições	513,81	25.894,39	Contribuições Cota Parte	12.546.371,21	10.564.104,15
Incorporação de Bens	26.493,68	5,10	Contribuições Fides	391.841,26	383.280,19
Demais Variações Aumentativas	77.678,69	68.438,09	Desvalorização e Perda de Ativos	21.186.355,03	-
			Perdas com Alienação	332.452,44	-
			Perdas Involuntárias	28.009,55	-
			Ajuste de Perdas de Créditos	20.825.893,04	-



			Outras Variações Patrimoniais Diminutiva	3.136.798,22	50.461.830,43
			Desincorporação de Bens	55.974,40	23.410,26
			Indenizações e Restituições	775.139,39	72.780,02
			Demais Variações Diminutivas	2.305.684,43	50.365.640,15
TOTAL DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	72.242.930,42	95.895.080,02	TOTAL DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	85.668.247,63	104.725.182,58

RESULTADO PATRIMONIAL DO EXERCÍCIO	(13.425.317,21)	(8.830.102,56)
---	------------------------	-----------------------

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS

INCORPORAÇÃO DE ATIVOS	2012	2011	DESINCORPORAÇÃO DE ATIVOS	2012	2011
Obras, Instalações e Reformas	2.332.366,22	957.642,27	Alienação de Bens Móveis	6.810,00	-
Equipamentos e Materiais Permanentes	3.190.652,88	759.518,64	Alienação de Bens Imóveis	18.683,50	30.633,70
TOTAL DA INCORPORAÇÃO DE ATIVOS	5.523.019,10	1.717.160,91	TOTAL DA DESINCORPORAÇÃO DE ATIVOS	25.493,50	30.633,70

BALANÇO FINANCEIRO

INGRESSOS	2012	2011	DISPÊNDIOS	2012	2011
RECEITA ORÇAMENTÁRIA	58.641.856,15	56.541.174,71	DESPESA ORÇAMENTÁRIA	57.231.776,27	49.006.715,16
Receitas Correntes	58.616.362,65	56.510.541,01	Despesas Correntes	51.708.757,17	47.289.554,25
Receitas de Capital	25.493,50	30.633,70	Despesas de Capital	5.523.019,10	1.717.160,91
RECEBIMENTOS EXTRA-ORÇAMENTÁRIOS	65.578.127,68	56.927.869,07	PAGAMENTOS EXTRA-ORÇAMENTÁRIOS	64.804.382,09	57.314.758,11
Adiantamentos Concedidos a Pessoal	12.440.127,59	11.598.147,97	Adiantamentos Concedidos a Pessoal	12.926.599,95	11.522.720,35
Tributos e Contribuições a Recuperar	241.390,62	258.204,16	Tributos e Contribuições a Recuperar	234.156,28	296.383,04
Conselho Federal de Contabilidade - Cota Parte	144.703,68	167.975,08	Conselho Federal de Contabilidade - Cota Parte	138.524,04	169.079,30
Conselho Federal de Contabilidade - Despesa Bancária	93.945,44	89.690,87	Conselho Federal de Contabilidade - Despesa Bancária	93.801,33	89.819,95
Instituto Nacional do Seguro Social - INSS	-	-	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS	-	36.945,58
Cheques Devolvidos	2.741,50	538,21	Cheques Devolvidos	1.830,91	538,21
Diversos Responsáveis	459.995,21	205.827,82	Diversos Responsáveis	626.827,16	114.511,78
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	-	-	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	6.798,21	17.340,00
Outros Créditos e Valores de Curto Prazo a Receber	199.826,29	82.906,28	Outros Créditos e Valores de Curto Prazo a Receber	185.522,29	97.210,28
Variações Patrimoniais Diminutivas Pagas	26.908,75	-	Variações Patrimoniais Diminutivas Pagas	26.908,75	-
Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias	8.901.170,44	8.229.951,45	Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias	8.872.496,27	8.188.675,06
Pessoal a Pagar	4.270.398,15	3.749.019,13	Pessoal a Pagar	4.270.398,15	3.749.019,13
Encargos Sociais a Pagar	4.630.772,29	4.480.932,32	Encargos Sociais a Pagar	4.602.098,12	4.439.655,93
Obrigações Fiscais de Curto Prazo	1.811.245,27	1.437.587,82	Obrigações Fiscais de Curto Prazo	1.777.103,02	1.462.879,45
Depósitos Consignáveis	4.042.080,03	3.430.657,40	Depósitos Consignáveis	3.990.344,96	3.372.385,73
Fornecedores	21.218.805,32	16.185.057,48	Fornecedores	20.349.747,36	17.306.767,68
Contas a Pagar	15.196,33	23.860,62	Contas a Pagar	21.813,65	12.469,79
Transferências Legais	11.532.880,57	11.116.463,64	Transferências Legais	11.532.125,44	11.115.681,01
Cota Parte	11.141.039,31	10.733.183,45	Cota Parte	11.141.039,31	10.733.183,45
FIDES	391.841,26	383.280,19	FIDES	391.086,13	382.497,56
Depósitos de Diversas Origens	1.068.596,40	767.067,41	Depósitos de Diversas Origens	1.023.221,91	746.815,67
Provisões Trabalhistas	3.566.897,54	3.254.087,10	Provisões Trabalhistas	3.230.716,84	3.059.155,90
Provisões de Férias	2.067.022,17	1.891.931,39	Provisões de Férias	1.730.841,47	1.697.000,19
Provisões de 13º Salário	1.499.875,37	1.362.155,71	Provisões de 13º Salário	1.499.875,37	1.362.155,71
Valores de Terceiros	28.007,32	1.762,37	Valores de Terceiros	-	1.762,37
Inscrição de Restos a Pagar	25.000,00	336.287,55	Inscrição de Restos a Pagar	-	-

DISPONÍVEL DO EXERCÍCIO ANTERIOR	11.899.263,56	4.751.693,05	DISPONÍVEL PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	14.083.089,03	11.899.263,56
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	11.899.263,56	4.751.693,05	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	14.083.089,03	11.899.263,56
Bancos Conta Movimento	118.196,97	174.538,63	Bancos Conta Movimento	126.552,50	118.196,97
Bancos Conta Arrecadação	375.716,50	245.223,53	Bancos Conta Arrecadação	330.608,21	375.716,50
Bancos Aplicação Financeira	4.943.906,66	4.317.502,71	Bancos Aplicação Financeira	2.991.946,29	4.943.906,66
Disponível para Aplicação Vinculada	6.461.443,43	14.428,18	Disponível para Aplicação Vinculada	10.633.982,03	6.461.443,43
TOTAL	136.119.247,39	118.220.736,83	TOTAL	136.119.247,39	118.220.736,83

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DE SÃO PAULO, vinculado ao Conselho Federal de Contabilidade, criado pelo Decreto - Lei nº. 9295 de 27 de Maio de 1946, alterado pela Lei 12249/10, é uma Autarquia Federal da Administração Indireta, dotada de personalidade jurídica e forma federativa, que tem como finalidade registrar os profissionais da contabilidade e escritórios contábeis, fiscalizar o exercício profissional dos técnicos em contabilidade e contadores e manter a educação continuada por meio de palestras e seminários, proporcionando à sociedade bons serviços profissionais, executados em obediência aos princípios éticos e técnicos da profissão.

Tem sua estrutura, organização e funcionamento estabelecidos pela Resolução CFC nº. 1370/2011, que trata do Regulamento Geral dos Conselhos, tem sua constituição, sede e foro regulamentados no seu Regimento Interno aprovado pela Resolução CRC SP nº. 1093/2011.

2. DIRETRIZES CONTÁBEIS

2.1 Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com a Lei nº. 4.320/64 com observância às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público e aos princípios contábeis geralmente aceitos. A partir de 2011 as Demonstrações seguiram o Manual de Contabilidade do Sistema CFC/CRCs aprovado conforme a Resolução CFC nº. 1161/09. Quanto a NBC T SP 16 foi aplicada parcialmente a partir do exercício de 2011 com a implantação do novo plano de contas, novos modelos de demonstrações contábeis, reconhecimento de multa e juros sobre os créditos a receber, a criação da provisão para perdas de créditos a receber e da cota do CFC que representa 1/5 dos créditos a receber deduzidas as provisões de perdas, quanto aos demais procedimentos e demonstrações serão implantados conforme calendário estabelecido pela STN e a Resolução CFC nº. 1381/2012.

2.2 – Práticas Contábeis

2.2.1 – Ativo Circulante

a) Disponibilidades

As disponibilidades são mensuradas e estão demonstradas pelo valor original na data do Balanço Patrimonial.

As aplicações financeiras de liquidez imediata são mensuradas e estão demonstradas pelo valor original, atualizadas até a data do Balanço Patrimonial.

As aplicações em Certificados de Depósitos Bancários - CDB Flex e Cadernetas de Poupança foram efetuadas junto à Caixa Econômica Federal.

Em 2011 foi criado o fundo de investimento (Bancos Conta Vinculada), para finalização da reforma e ocupação do novo edifício e o fundo para contingências a fim de arcar com as prováveis perdas em processos trabalhistas. Em 2012 esses fundos foram acrescidos da atualização monetária e aportes com recursos do superávit do exercício.

b) Créditos

Os Créditos se referem a valores de anuidades, multas de infrações e eleições que se encontram em aberto até o exercício de 2012 acrescidos de atualização monetária, multa e juros, em cobrança Administrativa e Dívida Ativa.

Créditos de Curto Prazo

São apresentados os saldos a receber referentes a valores de anuidades, multas de infrações e eleições, acrescidos de atualização monetária, multa e juros, em cobrança Administrativa.

As atualizações e os ajustes apurados são contabilizados em contas de resultado.

Créditos do Exercício

	2012	2011
Anuidades	3.864.670,39	4.837.391,38
Multas por Ausência às Eleições	101.368,80	-
Multas por Infrações	121.502,00	85.246,15
Juros de Mora, Atualização Monetária e Multas	634.686,35	825.366,05
Total	4.722.227,54	5.748.002,58

	2012	2011
Créditos de Exercícios Anteriores		
Anuidades	1.828,35	1.676,50
Multas por Infrações	4.986,00	1.190,70
Juros de Mora, Atualização Monetária e Multas	1.425,82	772,35
Total	8.240,17	3.639,55
Parcelamento de Débitos em Curto Prazo		
Anuidades	1.051.495,19	1.239.436,77
Multas por Ausência às Eleições	19.593,00	-
Multas por Infrações	28.695,10	9.099,29
Juros de Mora, Atualização Monetária e Multas	171.490,05	211.745,21
Total	1.271.273,34	1.460.281,27
Perda Estimada Créditos de Liquidação Duvidosa		
Ajuste de Perdas de Créditos	1.889.021,63	-
Total	1.889.021,63	-
A Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa é calculada considerando-se o histórico de recebimento de cada débito no último exercício, subtraindo-se do total a receber do mesmo débito no exercício.		
c) Estoques		
O almoxarifado corresponde a materiais de consumo em estoque registrados ao custo médio de aquisição.		
Almoxarifado		
Materiais de Consumo	231.753,40	225.634,56
Total	231.753,40	225.634,56
2.2.2 – Ativo Não Circulante		
a) Créditos Realizáveis a Longo Prazo		
São apresentados os saldos a receber referentes a valores de anuidades, multas por infrações e eleições, acrescidos de atualização monetária, multa e juros, inscritos em Dívida Ativa, subdivididos em Não Executados e Executados.		
As atualizações e os ajustes apurados são contabilizados em contas de resultado.		
Parcelamento de Débitos		
Anuidades	31.180,49	15.567,62
Multas por Infrações	2.639,83	833,13
Juros de Mora, Atualização Monetária e Multas	5.241,27	2.760,24
Total	39.061,59	19.160,99
Créditos de Exercícios Anteriores não Executados		
Anuidades	9.970.023,88	4.115.909,20
Multas por Ausência às Eleições	403.106,09	425.014,11
Multas por Infrações	267.395,44	195.462,26
Juros de Mora, Atualização Monetária e Multas	4.060.112,27	2.302.776,25
Total	14.700.637,68	7.039.161,82
Dívida Ativa Executada		
Anuidades	16.498.965,95	18.609.909,28

Multas por Ausência às Eleições	1.871.951,49	2.143.813,54
Multas por Infrações	1.398.044,88	1.413.176,31
Juros de Mora, Atualização Monetária e Multas	40.953.265,18	38.506.842,85
Provisão para Perdas de Créditos	-	(49.640.827,55)
Total	60.722.227,50	11.032.914,43

Perda Estimada Créditos de Liquidação Duvidosa	2012	2011
Ajuste de Perdas de Créditos	(68.577.698,96)	-
Total	(68.577.698,96)	-

A Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa é obtida calculando-se a média aritmética do histórico de recebimento de cada débito nos últimos cinco anos, extraída do total a receber do mesmo débito.

b) Imobilizado

Os bens móveis e imóveis estão demonstrados ao custo de aquisição acrescidos da reavaliação conforme laudos elaborados pela Empresa UNISIS ADMINISTRAÇÃO PATRIMONIAL LTDA. aplicada em 01/01/2012 atendendo a NBC T 16.9 e 10.

Imóvel Sede

"Durante o exercício de 2011 foi dado andamento às obras de reforma e adaptação no imóvel incorporando-se as despesas ao patrimônio."

Em 2012, tendo em vista as mudanças nas práticas contábeis, e com base no laudo de avaliação o valor do imóvel foi reajustado e desmembrado em Sede e Terreno.

Os Bens Móveis e Imóveis estão segurados nas seguintes modalidades: Responsabilidade Civil, Roubo, Incêndio, em quantia considerada suficiente no caso de eventual sinistro.

c) Depreciação

A depreciação dos bens adquiridos até 31/12/2011, teve início em 01/01/2012, com base na vida útil de cada bem apurado conforme o laudo apresentado pela empresa UNISIS ADMINISTRAÇÃO PATRIMONIAL LTDA.

A depreciação dos bens adquiridos a partir de 01/01/2012, neste primeiro ano, tomou como base a vida útil de cada categoria de produtos definida na Instrução de Trabalho 004/2012 do Conselho Federal de Contabilidade.

Os métodos utilizados são passíveis de mudanças, de acordo com o desgaste mensurado no período.

Bens Móveis	2012	2011
Móveis e Utensílios de Escritório	2.121.035,55	1.296.425,65
Máquinas e Equipamentos	3.031.808,37	2.393.435,28
Instalações	882.469,16	904.816,02
Utensílios de Copa e Cozinha	15.405,69	9.648,03
Equipamentos de Processamento de Dados	1.448.369,41	2.945.336,14
Sistemas de Processamento de Dados	12.774,75	12.774,75
Biblioteca	137.524,12	144.323,37
Obras de Arte	177.310,01	1,02
Outros Bens Patrimoniais	21.646,48	22.760,81
Total	7.848.343,54	7.729.521,07

Bens Imóveis	2012	2011
Sede	91.772.366,22	34.012.025,58
Terreno	30.590.000,00	-
Total	122.362.366,22	34.012.025,58

2.2.3 – Passivo Circulante

a) Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias

As obrigações são mensuradas pelo valor original

Encargos Sociais a Pagar	2012	2011
INSS - Instituto Nacional Seg. Social.	258.854,27	249.284,54
FGTS - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço	146.536,80	129.303,33
PASEP/PIS – Caixa Econômica Federal	22.888,14	21.017,17
Total	428.279,21	399.605,04
b) Obrigações de Curto Prazo		
Obrigações Fiscais de Curto Prazo		
IRRF a recolher	1.107,49	-
ISS a recolher	9.909,59	7.188,97
IRRF/COFINS/CSLL/PIS a recolher	24.738,66	19.495,74
INSS a recolher	49.110,54	24.039,32
Total	84.866,28	50.724,03
Depósitos Consignáveis		
INSS	75.933,89	67.736,47
IRRF	288.257,61	254.856,44
Empréstimo Consignado	74.183,90	67.209,70
Outros	6.458,12	3.295,84
Total	444.833,52	393.098,45
Fornecedores		
Produtos e Serviços	1.887.679,36	1.018.621,40
Total	1.887.679,36	1.018.621,40
c) Contas a Pagar		
Depósitos de Diversas Origens		
Bradesco S/A	3.288,52	7.202,59
Caixa Econômica Federal	1.027,49	280,13
CEF - Execuções Fiscais	98.243,06	42.185,73
Banco do Brasil	24.289,31	30.097,70
Santander	675,60	2.057,00
Cartão de Afinidade Bradesco	-	326,34
Total	127.523,98	82.149,49
d) Provisões de Curto Prazo		
São registrados os valores lançados a título de provisões para férias.		
Provisão de Férias		
A provisão de férias é calculada mensalmente, em atendimento ao regime de competência, com base no período integral ou proporcional a que o funcionário tem direito, acrescida dos respectivos encargos.		
Provisões Trabalhistas		
Férias	1.843.298,04	1.560.753,91

Encargos sobre Férias (INSS/FGTS/PIS)	552.983,67	499.347,10
Total	2.396.281,71	2.060.101,01

e) Provisões para Riscos Trabalhistas e Cíveis

O Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo é parte em processos judiciais de naturezas trabalhistas e cíveis, decorrentes do curso de suas atividades. Na constituição das provisões judiciais, o Conselho leva em conta o posicionamento dos assessores jurídicos.

Processos Trabalhistas

Segundo informações fornecidas pela assessoria trabalhista, as contingências trabalhistas apresentam uma previsão de realização para cinco anos, sendo assim no exercício anterior foi criado o fundo para provisões trabalhistas com parte do superávit orçamentário do exercício, esse fundo receberá aportes e atualizações monetárias durante esse período.

Provisão para Riscos Trabalhistas

	2012	2011
Processos Trabalhistas	2.146.840,13	3.400.223,61
Total	2.146.840,13	3.400.223,61

Provisão para Riscos Cíveis

	2012	2011
Processos Cíveis	771.482,68	-
Total	771.482,68	-

f) Restos a Pagar

São despesas empenhadas, liquidadas e não pagas até o dia 31 de dezembro, pois se referem a encargos incorridos no próprio exercício, em consonância com o princípio da competência, totalizando R\$ 2.464.355,28.

g) Provisão da Cota Parte do CFC

Em 2012, atendendo ao pronunciamento VCPI nº. 85/2012 emitido pela Câmara de Controle Interno do CFC, foi reconhecida a provisão da cota parte do CFC no valor de R\$ 2.199.389,45, calculada em 1/5 do total dos créditos a receber, deduzindo-se as Provisões para Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa.

2.2.4 - Apuração do Resultado**a) Resultado Patrimonial**

No Exercício de 2012 apurou-se um déficit Patrimonial no valor de R\$ 13.425.317,21, conforme regime de competência, aplicado tanto na Despesa quanto para a Receita.

Demonstração das Variações Patrimoniais

	2012	2011
Variações Aumentativas	72.242.930,42	95.895.080,02
Variações Diminutivas	(85.668.247,63)	(104.725.182,58)
Resultado Patrimonial do Exercício	(13.425.317,21)	(8.830.102,56)

Os déficits Patrimoniais tiveram como principal causa em 2011 a constituição da Provisão para Perdas Estimadas com Créditos de Liquidação Duvidosa para os créditos de Longo Prazo, e em 2012 a constituição da Provisão para Perdas Estimadas com Créditos de Liquidação Duvidosa para os créditos de Curto Prazo, a provisão da Cota do CFC e a Depreciação do imobilizado, a fim de atender à NBC T SP 16.10.

b) Resultado Orçamentário

No Exercício de 2012 apurou-se um superávit Orçamentário no valor de R\$ 1.410.079,88 conforme disciplina o regime orçamentário, conforme a Lei 4.320/64.

Resultado Orçamentário

	2012	2011
Receita Arrecadada	58.641.856,15	56.541.174,71
Despesa Realizada	(57.231.776,27)	(49.006.715,16)
Superávit Orçamentário	1.410.079,88	7.534.459,55

c) Resultado Financeiro

No Exercício de 2012 apurou-se um superávit Financeiro no valor de R\$ 9.596.672,57 conforme disciplina o regime orçamentário e a Lei 4.320/64.

2.2.5 - Patrimônio Líquido

O patrimônio Líquido do CRCSP está constituído de recursos próprios, sofrendo variações em decorrência de superávits ou déficits apurados anualmente, em 31/12/2012 ficou assim constituído:

Patrimônio Líquido	2012	2011
Ajustes de Exercícios Anteriores	84.672.838,81	295.818,81
Resultado do Exercício	(13.425.317,21)	(8.830.102,56)
Resultados Acumulados	72.178.163,45	80.712.447,20
Patrimônio Social	143.425.685,05	72.178.163,45

Ajustes de Exercícios Anteriores

O aumento na conta de Ajustes de Exercícios Anteriores é composto da seguinte forma:

Saldo em 31/12/2011	295.818,81
Reavaliação do imóvel – atendendo a NBC T 16.10	86.017.974,42
Ajuste no valor dos bens móveis a valor de mercado – atendendo a NBC T 16.10	(2.832.369,72)
Ajuste na Provisão Trabalhista	1.933.358,70
Ajuste da Provisão da cota do CFC sobre os créditos de curto prazo	(655.533,51)
Outros	(86.409,89)
Saldo em 31/12/2012	84.672.838,81

2.2.6 - Registro Contábil - Patrimonial

Atendendo à NBC T SP 16.5, a Resolução CFC nº. 1.111/2007 item 16.1, a Resolução CFC nº. 1367/2011, as receitas e despesas foram registradas pelo regime de competência.

2.2.7 Registro Contábil - Orçamentário

As receitas correntes estão representadas por anuidades (receita de contribuições), emolumentos recebidos com inscrições, expedição de carteiras e certidões, publicidade (receitas de exploração de serviços), atualização monetária, multa e juros sobre os créditos e rendimentos de aplicações financeiras (receitas financeiras), multa de eleições e por infrações (outras receitas).

As receitas de capital estão representadas pela alienação de bens do imobilizado.

As despesas correntes estão representadas por pessoal e encargos, benefícios assistenciais, uso de bens e serviços, financeiras, tributárias e contributivas (tributos, cota parte do CFC e FIDES).

As despesas de capital estão representadas pela aquisição de bens do imobilizado.

HOMOLOGAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis encerradas 31/12/2012 e a prestação de contas do exercício de 2012 foram aprovadas pelo Colendo Plenário do CRCSP conforme Deliberação CRC SP nº. 19/2013 de 11/03/2013, e enviadas ao CFC para homologação

São Paulo 31 de dezembro de 2012

LUIZ FERNANDO NÓBREGA
Presidente

WILSON ROBERTO PEDRO
Chefe do Depto. de Contabilidade e Patrimônio

CT CRC 1SP153.400/O-0

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

À
Diretoria do
Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo – CRC - SP
São Paulo – SP

Examinamos as demonstrações financeiras do CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DE SÃO PAULO, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, que compreendem o balanço patrimonial, financeiro, orçamentário e as respectivas demonstrações das variações patrimoniais e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração do CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DE SÃO PAULO é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante independente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras do CRC-SP para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos do CRC-SP. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DE SÃO PAULO em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Conforme mencionado na nota explicativa 2.1, as Demonstrações Contábeis do exercício de 2012 foram elaboradas em conformidade com a Lei nº. 4320/64 com observância às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público e aos princípios contábeis geralmente aceitos. A partir de 2011 as Demonstrações seguiram o Manual de Contabilidade do Sistema CFC/CRCs aprovado conforme a Resolução CFC nº 1161/09. Quanto a NBC T SP 16 foi aplicada parcialmente a partir do exercício de 2011 com a implantação do novo plano de contas, novos modelos de demonstrações contábeis, reconhecimento de multa e juros sobre os créditos a receber, e a criação da provisão para perdas de créditos a receber e a provisão da cota do CFC que representa 1/5 dos créditos a receber deduzidas as provisões de perdas, quanto aos demais procedimentos e demonstrações serão implantados conforme calendário estabelecido pela STN e a Resolução CFC nº 1381/2012. Nossa opinião não contém modificação em função deste assunto.

Outros Assuntos

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado de 16 de março de 2012, que não conteve modificação.

São Paulo, 19 de abril de 2013

HUGO FRANCISCO SACHO
CRC – 1SP 124.067/O-1

SACHO – AUDITORES INDEPENDENTES
CRC – 2SP 017.676/O-8

**CERTIFICADO DE AUDITORIA EXTERNA - CFC**

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DE SÃO PAULO

CERTIFICADO DE AUDITORIA Nº 91/13

(Gestão Exercício 2012)

Quanto à gestão, consubstanciados nos trabalhos realizados, e de acordo com a Resolução CFC nº 1.101/07, e considerando as indicações e recomendações transcritas no Relatório de Recomendações da Auditoria nº 91/13 e, de acordo com os fatos apresentados, atestamos pela REGULARIDADE DA GESTÃO, para o exercício de 2012, do Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo.

Brasília, 17 de maio de 2013

AUDILINK & CIA. AUDITORES

CRC 2RS003688/O-2 'T' SP

ROBERTO CALDAS BIANCHESI

CONTADOR CRC/RS 040078/O-7 'T' SP

SÓCIO/RESPONSÁVEL TÉCNICO

DELIBERAÇÃO CFC Nº. 078/2013**PROCESSO CFC/CCI Nº.:** 2013/000183**INTERESSADO:** CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DE SÃO PAULO**ASSUNTO:** PRESTAÇÃO DE CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2012**DELIBERA:** Aprovar a Prestação de Contas do Conselho Regional de Contabilidade de São Paulo, concluindo pela regularidade da gestão do exercício de 2012, consubstanciada no Relatório de Auditoria Externa nº. 91/13.**RELATORA:** CT Maria do Rosário de Oliveira**ATA CCI Nº.:** 249 - Brasília-DF, 24 de julho de 2013**Contadora** Lucilene Florêncio Viana - Vice Presidente de Controle Interno**HOMOLOGAÇÃO:** Descisão aprovada pelo Egrégio Plenário do CFC.**ATA Nº.:** 981 - Brasília-DF, 26 de julho de 2013**Contador** Juarez Domingues Carneiro - Presidente



COMPLY: A PRIMEIRA SOLUÇÃO DE GOVERNANÇA FISCAL E COMPLIANCE 100% NA NUVEM!

A Sonda IT oferece ao mercado o Comply: uma solução completa para a governança fiscal e compliance, agregando valor à operação e gestão das áreas fiscal e tributária das empresas.

Essa solução possibilita a completa gestão de todas as etapas e atividades necessárias – da obtenção das informações, processamento até a geração e entrega das obrigações fiscais. Além disso, reduz custos com infraestrutura em nuvem privada ou particular, com alto nível de disponibilidade. As atualizações são realizadas diretamente pela Sonda IT.

Calendário fiscal: Permite ter uma visão de todas as atividades que devem ser executadas e um maior controle das rotinas da sua empresa.

Inteligência fiscal: Permite ao analista avaliar as informações da sua base fiscal em tempo real, auxiliando no processo de análise e tomada de decisão.

SaaS: Primeiro software 100% na nuvem oferecido como serviço, garantindo redução expressiva no T.C.O. (Custo Total da Propriedade).

Integração ERP: Integração nativa com os principais ERPs de mercado mantido como parte integrante do aplicativo.

Para mais informações, ligue (11) 3126-7799 ou envie um e-mail para comercial.aplicativos@sondait.com.br

www.sondait.com.br

  /SondaitBrasil

SONDA^{IT}

Soluções de ponta a ponta



Revisões de **ICPCs** e **CPCs** estão em **AUDIÊNCIA PÚBLICA**

A CVM (Comissão de Valores Mobiliários) abriu novas audiências públicas. A data para envio de comentários e sugestões à Superintendência de Normas Contábeis e de Auditoria vai até 18 de outubro de 2013.

Está em discussão a minuta da deliberação que aprova o Documento de Revisão de Interpretações Técnicas nº 1. Esse documento é referente às Interpretações Técnicas ICPC 03, ICPC 07, ICPC 13, ICPC 14 e ICPC 16, emitidas pelo CPC (Comitê de Pronunciamentos Técnicos).

A emissão desses pronunciamentos trouxe modificações com reflexos nessas Interpretações Técnicas, por isso a necessidade de atualização.

O e-mail para envio de sugestões referentes à Audiência Pública SNC 2/2013 – revisão de Interpretações Técnicas nº 1 do CPC é AudPublicaSNC0213@cvm.gov.br.

A minuta de deliberação que aprova o Documento de Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 3 também está em discussão. O texto

trata dos Pronunciamentos CPC 01 (R1), CPC 02 (R2), CPC 03 (R2), CPC 04 (R1), CPC 05 (R1), CPC 06 (R1), CPC 07 (R1), CPC 10 (R1), CPC 11, CPC 15 (R1), CPC 16, CPC 19 (R2), CPC 21 (R1), CPC 23, CPC 24, CPC 26 (R1), CPC 27, CPC 28, CPC 29, CPC 31, CPC 32, CPC 36 (R3), CPC 37 (R1), CPC 38, CPC 39 e CPC 41, emitidos pelo CPC.

Ambas as minutas contemplam alterações identificadas como consequência da emissão de novos pronunciamentos, que equivalem às normas IFRS (*International Financial Reporting Standards* – Normas Internacionais de Contabilidade) 10, 11, 12 e 13 além da revisão da IAS (*International Accounting Standard* – Norma Internacional de Contabilidade) 19.

As sugestões para a Audiência Pública SNC nº 1/2013 – Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 3 do CPC devem ser enviadas para o e-mail AudPublicaSNC0113@cvm.gov.br.

Os textos das minutas estão disponíveis na íntegra no [site da CVM](#). 

economize

Sistemas Contábeis sem Mensalidade

Suporte e Atualizações sob demanda conforme a necessidade do cliente no modelo Pague o Quanto Usa.

FOLHA DE PAGAMENTO
LIVROS FISCAIS
CONTABILIDADE
CONTROLE PATRIMONIAL
ADM. DE ESCRITÓRIO
PPP

Descontos
progressivos para
a aquisição de mais
de um sistema

1+1 = 10% de desconto
1+2 = 15% de desconto
1+3 = 20% de desconto

TESTE GRATUITAMENTE OS SISTEMAS
CLIQUE AQUI E CADASTRE-SE

São Paulo: (11) 4063-2062 | SP Interior (19) 4062-8202 | BH: (31) 4063-6062
Curitiba: (41) 4063-7122 | RJ: (21) 4063-5062 | Salvador: (71) 4062-7362



www.e-contab.com.br

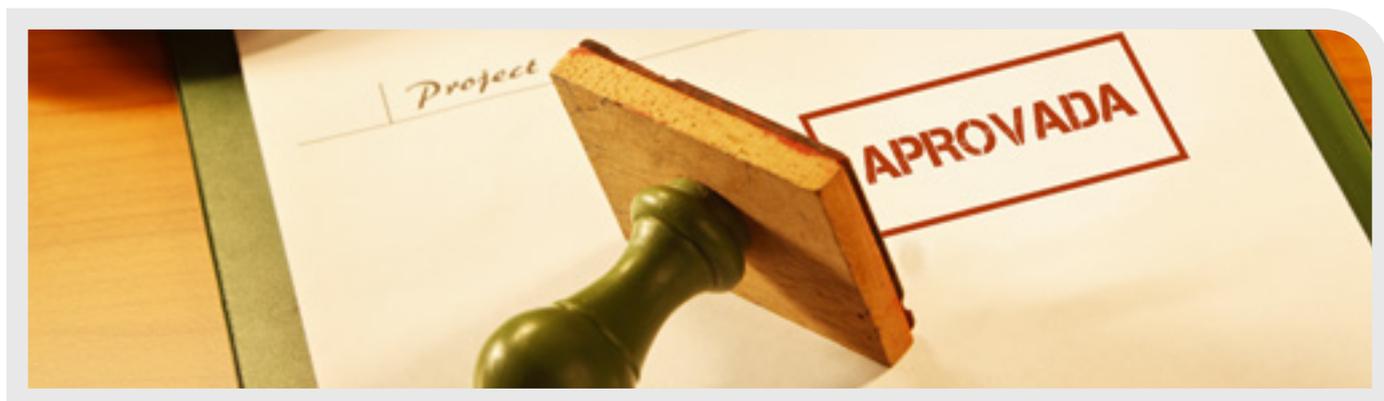
AINDA é possível EVITAR A MALHA FINA

A Receita Federal do Brasil já liberou cinco dos sete lotes de restituições do IRPF, um alívio para o contribuinte que, além de receber um dinheiro a mais, tem a certeza de que sua declaração foi aprovada, evitando eventuais problemas com o Fisco. Mas para quem não recebeu a restituição, a receita disponibiliza um canal para conferir o andamento da declaração no [portal e-CAC](#) (Centro Virtual de Atendimento ao Contribuinte) e, se for necessário, fazer a retificação das informações.

Nos primeiros lotes da restituição do IRPF 2013 foram priorizados os contribuintes com mais de 65 anos e, na sequência, os que entregaram as declarações nos primeiros dias. Mas se sua declaração ainda não foi restituída pode ser um indício de que ela pode ter ido para a malha fina, o que pode ocasionar problemas com contas bancárias e financiamentos, além de multas e encargos.

A chamada Malha Fina é um processo de verificação detalhada da veracidade de informações inconsistentes nas declarações dos contribuintes. Dados imprecisos, informações incorretas e erros diversos de preenchimento nas declarações de Imposto de Renda são algumas das razões para que a declaração do Imposto de Renda fique retida para averiguação.

Para verificar o andamento da declaração é necessário enviar uma declaração retificadora. No portal e-CAC é possível conferir o item que motivou a divergência e receber orientações sobre como corrigir os dados. Para acessar o portal e-CAC é necessário utilizar um código de acesso, gerado na página da [Receita Federal](#), ou certificação digital validada por autoridade habilitada. Para que a correção das informações seja aceita é necessário declarar no campo "identificação do contribuinte" que se trata de uma "declaração retificadora".





SISTEMAS DE GESTÃO

CONTÁBIL E ERP

Sistemas Integrados - Multiempresa - Multiusuário



GESTÃO FISCAL E CONTÁBIL

SPED FISCAL, SPED CONTÁBIL, EFD CONTRIBUIÇÕES

GESTÃO ADMINISTRATIVA

FINANCEIRO, FOLHA DE PAGAMENTO, CUSTOS, PREÇO

GESTÃO DE MANUFATURA

PRODUÇÃO, PCP, COMPRAS, ESTOQUE, SERVIÇOS

GESTÃO COMERCIAL

VENDAS, FATURAMENTO, NF-E, VAREJO



Empresa Filiada a



www.supersoft.com.br

CLIQUE AQUI

Contatos

0800 12 74 55

(11) 3522-8305

comercial@supersoft.com.br



SUPERSOFT[®]
S I S T E M A S



Receita **ATUALIZA** **PARECERES NORMATIVOS**

A Receita Federal publicou, no *Diário Oficial da União* de 9 de setembro de 2013, onze pareceres normativos que versam sobre o IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados). As novas normas atualizam procedimentos instituídos na década de 70, adequando-os à legislação tributária atual.

Foram publicados os Pareceres Normativos [nº 13](#), [nº 14](#), [nº 15](#), [nº 16](#), [nº 17](#), [nº 18](#), [nº 19](#), [nº 20](#), [nº 21](#), [nº 22](#) e [nº 23](#), todos de 6 de setembro de 2013, que alteram os Pareceres Normativos CST nº 16/70, nº 17/70, nº 300/70, nº 459/70, nº 528/70, nº 537/70, nº 157/71, nº 160/71, nº 211/71, nº 284/71, nº 390/71, nº 429/71, nº 641/71, nº 231/72 e nº 83/77.

As novas normas versam sobre a incidência de IPI no processo de envasamento de vinhos e na saída de produtos importados do estabelecimento importador, sobre a não ocorrência do tributo na revenda de produtos fabricados por terceiros, na transferência de produtos do arrendatário para o arrendador por rescisão

de contrato e no consumo de produtos no ambiente de sua industrialização e determinam a obrigação do estabelecimento industrial de arcar com IPI no momento da saída do produto.

Os pareceres estabelecem ainda que o fato de um produto constar na lista anexa ao [Decreto-lei nº 406/1968](#) não é suficiente para descaracterizar a incidência de IPI e que os acórdãos emitidos pelo Carf (Conselho Administrativo de Recursos Fiscais) não podem ser considerados normas complementares à legislação tributária, pela ausência de lei que confira o caráter normativo.

O motivo da atualização dos pareceres normativos é o fato de fazerem referência a normas já modificadas ou revogadas ou por terem sido baseados em entendimentos superados por legislação posterior. O objetivo é facilitar o entendimento sobre a incidência do IPI, já que os pareceres eram alvo constante de consultas à Receita Federal. 



OFERTAS
SAGE

PACOTES DE
PRODUTOS
COM ATÉ 50%
DE DESCONTO



Novas obrigações acessórias surgem a todo instante, deixando o trabalho do profissional contábil complexo. Por isso, acompanhamos constantemente essas mudanças para oferecer ferramentas que melhoram a produtividade no seu escritório contábil, com pacotes que reúnem as melhores soluções, de acordo com a sua necessidade e com preço que cabe no seu bolso!

PACOTES PERSONALIZADOS DE ACORDO COM A SUA NECESSIDADE!



- > Softwares de gestão contábil e fiscal
- > Informação de legislação confiável e atualizada
- > Auditor eletrônico de arquivos SPED
- > Consultoria telefônica
- > Solução de Backup
- E muito mais!

Ligue agora e escolha o melhor para você. **0800 015 4400**

AMPLIADO valor de OPERAÇÕES NO EXTERIOR DISPENSADAS de PRESTAR INFORMAÇÕES

A Receita Federal do Brasil aumentou o limite para as transações com residentes no exterior que estão dispensadas da prestação de informações ao Fisco.

A decisão consta da [Instrução Normativa RFB nº 1.391](#), de 4 de setembro de 2013, e é válida para as pessoas físicas residentes ou domiciliadas no Brasil, desde que não explorem, profissionalmente ou de forma habitual, atividade econômica relacionada à transação.

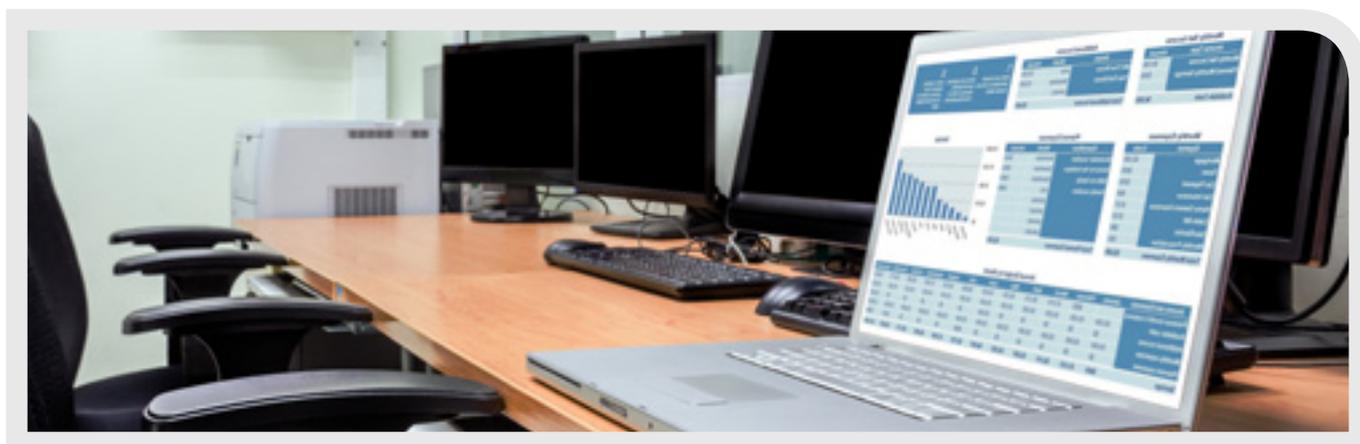
O novo limite foi ampliado de US\$ 20.000 (vinte mil dólares dos Estados Unidos da América) para US\$ 30.000 (trinta mil dólares dos Estados Unidos da América), ou o equivalente em outra moeda, de acordo com a cotação do mês em

que foi efetuada a operação.

A nova norma determina ainda que as operações realizadas em 2014 deverão ser declaradas até o último dia útil do terceiro mês subsequente ao início da prestação do serviço ou da realização da transação.

A Instrução Normativa RFB nº 1.391/2013 altera a [Instrução Normativa RFB nº 1.277/2012](#), que determina que as operações que compreendam serviços, intangíveis e outras operações que produzam variação no patrimônio dos agentes devem ser informadas à Receita.

A Instrução Normativa RFB nº 1.391/2013 foi publicada na edição de 5 de setembro de 2013 do *Diário Oficial da União* e está em vigor. 



CONTADOR, VOCÊ TEM BONS MOTIVOS PARA MUDAR PARA OS SISTEMAS NASAJON

31 ANOS
DE MERCADO

90%* DE
CLIENTES
SATISFEITOS

**SUORTE LOCAL
DE EXCELÊNCIA**

**SISTEMAS QUE
INTEGRAM VOCÊ
AO SEU CLIENTE**



O Combo Contábil integra de forma eficaz, Folha de Pagamento, Contabilidade e Escrita Fiscal. Confira as condições com um consultor Nasajon.

Aproveite a oportunidade!
Ligue ou acesse e saiba mais
4003-9310
www.nasajon.com.br



USE UM LEITOR DE QR CODE
E ACESSE NOSSO SITE

NASAJON
SISTEMAS
Empresa de Confiança

* Média semestral dos resultados medidos na ura telefônica (unidade de resposta auditável) com base no atendimento de aproximadamente 5.000 clientes/mês.



Obras em papel misturam pintura e caligrafia.

Tradições JAPONESAS no ESPAÇO CULTURAL CRC SP

“Arte Milenar” é a nova exposição no Espaço Cultural CRC SP. Inaugurada no dia 12 de setembro de 2013, ela reúne as tradições japonesas de sumie (pintura) e shodo (caligrafia) em belos quadros pintados em papel.

O artista Misao Getsusen Kobayashi nasceu na província de Ibaraki, no Japão, e mudou-se para o Brasil em 1963. Embora tenha trabalhado por anos na área de engenharia metalúrgica, há 30 anos dedica-se à arte da caligrafia japonesa,

tendo obtido o título de mestre da Associação de Hokushin Shodo, de Osaka.

Para ajudar a preservar e difundir essas milenares tradições japonesas, Kobayashi ministra aulas de sumie e shodo em algumas cidades do estado de São Paulo.

Na noite de abertura da exposição, foi realizada a apresentação do Quarteto Primavera, que interpretou músicas clássicas. O grupo é formado

por jovens músicos que visam desenvolver o conhecimento sobre música clássica tanto deles, quanto do público.

O vice-coordenador da Comissão de Projetos Culturais do CRC SP, Antonio Eugenio Cecchinato, deu as boas-vindas ao público e apresentou os artistas. As conselheiras e também integrantes dessa Comissão Ana Maria Costa e Rosmary dos Santos estavam na plateia.

Todos os meses, o Espaço Cultural CRC SP recebe uma nova exposição, que pode ser visitada gratuitamente de segunda a sexta-feira, das 9h às 17h. No dia da abertura, solicita-se a doação de um quilo de alimento que é revertido

para entidades assistenciais. 



Cecchinato, Ana Maria e Kobayashi.



Quarteto Primavera.

INDIQUE CERTIFICADOS DIGITAIS E GANHE PRÊMIOS.

CLIQUE AQUI



“As Entidades **CONGRAÇADAS DE SÃO PAULO** realizam trabalhos de **COLABORAÇÃO** mútua que resultam em **BENEFÍCIOS** para o engrandecimento e defesa de nossa categoria profissional”.



José de Souza

*Presidente da Fecontesp, gestão 2013-2016
Federação dos Contabilistas do Estado de São Paulo*

Bacharel em Ciências Contábeis pela Universidade São Judas Tadeu, Ciências Econômicas pela Universidade Braz Cubas e Administração e Finanças pela Fundação Dom Cabral. Pós-graduado em Administração de Empresas Complexas pela Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, da Universidade de São Paulo, e Qualidade Total para Administradores pela Fundação Christiano Ottoni, da Universidade Federal de Minas Gerais.



Quais os planos para sua gestão como presidente da Fecontesp?

Uma das nossas principais metas é, juntamente com os Sindicatos filiados, atuar fortemente na promoção da educação profissional continuada aos Profissionais da Contabilidade do estado de São Paulo.

Pretendemos ainda intensificar e fortalecer as relações com os 24 sindicatos filiados, na capital e no interior do Estado; priorizar o relacionamento com as Entidades Congraçadas da Contabilidade do Estado de São Paulo e estabelecer novos convênios com instituições da sociedade civil que tenham atividades afins com a Contabilidade, principalmente com os órgãos arrecadores, como a Receita Federal e Secretaria da Fazenda Estadual.

Como tem sido o trabalho da Fecontesp nos sindicatos do interior de São Paulo?

A Federação, nesta gestão, tem como critério acompanhar de perto seus 24 sindicatos filiados. Um dos itens que constam dos objetivos é promover o relacionamento intersindical e, nesse sentido, iniciamos o projeto de reuniões regionais, sendo que a primeira aconteceu em Ribeirão Preto.

Com o intuito de divulgar e dar visibilidade aos Sindicatos, na 23ª Convenção dos Profissionais da Contabilidade do Estado de São Paulo, as palestras de responsabilidade da Fecontesp

foram coordenadas por presidentes dos Sindicatos de Santos, São José do Rio Preto, Ribeirão Preto e de Araçatuba.

Como parte de educação continuada, realizamos com o Sindicato de Marília a Jornada Técnica Cultural e Contábil em Ourinhos.

Apoiamos, institucionalmente, o Sindicato de São Paulo na realização da 2ª Semana Paulista de Contabilidade.

Como o senhor vê a atuação das Entidades Contábeis Congraçadas?

As Entidades Congraçadas de São Paulo realizam trabalhos de colaboração mútua que resultam em benefícios para o engrandecimento e defesa de nossa categoria profissional. Embora tenhamos segmentos diferentes nas Entidades Congraçadas, em função do clima harmonioso que prevalece, conseguimos resultados fantásticos para a evolução e fortalecimento da Ciência Contábil e dos Profissionais da Contabilidade.

Exemplificando, na campanha "2013: O Ano da Contabilidade no Brasil", as Entidades Congraçadas têm atuado fortemente como disseminadoras da campanha, em todos os eventos que realizam e principalmente por meio das diferentes mídias que possuem e para os órgãos de imprensas quando surgem oportunidades.

O que é importante para o Profissional da Contabilidade se

***destacar no mercado de trabalho?***

Para que o profissional se destaque no mercado de trabalho é indispensável boa formação acadêmica, estar atualizado, ser ético e transparente. Não tenho dúvida que o profissional que tenha esses requisitos terá destaque no mercado de trabalho e será mais valorizado.

O que o senhor recomenda para quem está começando a carreira na área contábil?

Simplesmente, que exerça a profissão com ética e transparência, com honestidade e dedicação e jamais se esqueça da atualização. Sintetizando: faça o melhor para ser um profissional diferenciado e conseqüentemente um profissional de sucesso.

O senhor acha importante as entidades contábeis se relacionarem com as instituições de ensino?

A educação continuada dos profissionais da Contabilidade é uma das principais metas da atual gestão da Fecontesp e, por esse motivo, o relacionamento das entidades contábeis com as instituições de ensino é de fundamental importância.

Qual a sua opinião sobre o Exame de Suficiência?

Trata-se de ferramenta importantíssima para que tenhamos profissionais mais qualificados. Não quero crucificar instituições de ensino nem alunos, mas os resultados dos exames demons-

tram que a implantação do Exame de Suficiência foi uma medida salutar e sinaliza que algo precisa mudar em nosso modelo de educação.

A internacionalização das normas contábeis tornou as empresas brasileiras mais competitivas?

Com a harmonização das normas contábeis, as empresas tiveram importante sinalização da necessidade de mudanças e, tempestivamente, passaram a rever e modernizar seus sistemas geradores de informações e de gestão de negócios que refletiram, positivamente, em áreas e fluxos operacionais que as tornaram mais eficientes e competitivas.

Qual o objetivo da Fecontesp com a criação do Prêmio Excelência Profissional em Convergência Contábil – IFRS?

Instituído em 2009, o Prêmio Excelência Profissional em Convergência Contábil – IFRS tem como objetivo estimular a busca de conhecimento e agregar valor ao trabalho do Profissional da Contabilidade.

Qual sua opinião sobre a campanha “2013 – O Ano da Contabilidade”?

De fundamental relevância, a campanha “2013: O Ano da Contabilidade no Brasil” foi instituída em momento oportuno pelo CFC (Conselho Federal de Contabilidade) e muito bem capitaneada pelo presidente Juarez Domingues Carneiro. Com essa campanha, temos a oportunidade de divulgação em diferentes mídias,



mostrando e conscientizando a sociedade sobre o real e importante papel do Profissional da Contabilidade no desenvolvimento social e econômico do País.

Paralelamente, mostramos de forma clara e

objetiva os serviços que prestamos e o quanto são necessários e indispensáveis para a saúde das empresas. A campanha foi o marco inicial, mas devemos ter a consciência de que todos os anos continuarão sendo da Contabilidade no Brasil. 

2013 Ano da Contabilidade

